

Representações de saúde e trabalho na perspectiva de servidores administrativos de uma prefeitura mineira

*Andréa Gonçalves Borges
Ailton de Souza Aragão*

Resumo: Trata-se de pesquisa no campo da Saúde do Trabalhador que objetiva compreender a relação entre as representações de saúde e os fatores associados ao trabalho que impactam no processo saúde-doença de servidores em uma Prefeitura mineira. Adotou-se metodologia qualitativa composta de questionário e de uma entrevista semiestruturada. Participaram da pesquisa 26 servidores concursados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo. As entrevistas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo na modalidade temática. Dos resultados emergiram que os fenômenos associados à saúde dos trabalhadores são de natureza multidimensional. Destaca-se a experiência do apoio social como promotora de saúde, atravessada pela deficiência da comunicação entre os gestores e a equipe de trabalho. Ademais, há singularidades que repercutem negativamente na saúde dos servidores, como as inadequações ergonômicas e a carência de recursos tecnológicos.

Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Representações Sociais; Pessoal Administrativo.

Representations of health and work from the perspective of the administrative staff of a city hall of Minas Gerais

Abstract: This is a research in the Occupational Health and Safety field that aims to understand the relation between health representations and work-related factors that impact on the health-disease process of an administrative team in a City Hall in Triângulo Mineiro. A qualitative methodology was adopted, consisting of a questionnaire and a semi-structured interview. Twenty-six public servants, occupying the position of Administrative Officer, participated. The interviews were transcribed and subjected to content analysis in the thematic modality. From the results, it emerged that the phenomena associated with workers' health are multidimensional in nature. The experience of social support as a health promoter in the workplace stands out, crossed by the deficiency of communication between managers and the work team. In addition, there are singularities that have a negative impact on the health of employees, such as ergonomic problems and the lack of technological resources.

Keywords: Occupational Health; Social Representations; Administrative Personnel.

Introdução

Com o advento do capitalismo e sua instituição como modo de produção de mercadorias, dialeticamente, o trabalho se converte no modo exclusivo de “ganhar a vida” para a maioria das pessoas, podendo ser definido como a solução diante da imprevisibilidade dos processos prescritos, sobre o que ele mobiliza para gerar uma transformação e alcançar os resultados. Mas, em sua contradição, a atividade do trabalho desenvolve a sensibilidade e a inteligência do ser humano; atividade na qual o sujeito se

reconhece pelo olhar do outro, experimenta o amor por si mesmo e constrói a própria saúde (Dejours, Barros e Lancman, 2016).

Para além do aspecto econômico da atividade de trabalho, este tem ocupado um lugar de destaque na determinação da saúde. A associação entre saúde e trabalho é entendida por Dejours (1986) como um processo de interação em que se busca a liberdade de adaptação, a possibilidade de compor novos caminhos de agir, de reagir, de organizar a própria vida e o trabalho. Neste ponto de vista, a saúde não significa ausência de sofrimento ou equilíbrio adaptativo em conformidade com o meio, mas sim de um movimento de esperança e de confronto com as adversidades (Dejours, 1986).

A partir da década de 1970, a relação entre saúde e trabalho vem sendo discutida sob a perspectiva do campo Saúde do Trabalhador (ST), um movimento político e social difundido globalmente como resultado de um processo histórico de transformações no âmbito das relações de saúde e trabalho que se iniciou no século XVIII, durante a Revolução Industrial na Europa. Diante das mudanças no mundo do trabalho, concomitante ao aparecimento de novas doenças com nexo laboral, o campo ST contribui para a compreensão de aspectos do trabalho que vão além do modelo médico-curativo e do vínculo causal (Lacaz *et. al.*, 2020; Mendes & Dias, 1991).

No Brasil, a relação saúde e trabalho foi legitimada pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em que apresenta o trabalho como determinante social da saúde, conferindo-lhe centralidade como organizador da vida social. A temática Determinação Social da Saúde contribui com o rompimento das estruturas de poder, uma vez que promove reflexões sobre o impacto do modo de produção capitalista na saúde das pessoas (Gomez, 2011; Gomez, Vasconcellos e Machado, 2018; Lacaz, 2007; Mendes & Dias, 1991; Porto & Martins, 2019).

Se por um lado, os aspectos relacionados ao trabalho apresentam-se como uma medida de realização e de construção da própria saúde, por outro, o sofrimento psíquico é inevitável, uma vez que o modo de organização do trabalho exclui o desejo e reprime a liberdade de comportamento. A conjuntura brasileira deste início de século utiliza de mecanismos de gestão próprios da acumulação de capital que mantêm o trabalhador em um espaço, predominantemente, de desumanização, devastação do corpo produtivo, de adoecimentos, humilhações, de instabilidade e insegurança (Antunes, 2018; Cabral, Silva e Souza, 2021; Dejours, 1986; Dejours e cols., 2016).

Acrescido a este cenário, a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus e declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) abre lugar para novos estressores diante da vulnerabilidade e exposição ao risco de contaminação no ambiente laboral. Além da ameaça à saúde física, o distanciamento social adotado como medida de desaceleração do contágio traz repercussões à saúde mental dos trabalhadores (Santos *et. al.*, 2020).

O contexto desta pesquisa é delimitado pelo estudo da relação entre a saúde e o trabalho de servidores concursados, ocupantes do cargo de Oficial Administrativo no serviço público municipal de uma cidade no Triângulo Mineiro. O município investigado possui uma população estimada de um pouco mais de 700 mil habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021).

A incidência da precarização no espaço público, segundo Lacaz (2007) pode ser observada pelo alto número de licenças para tratamento de saúde e pelo perceptível enfraquecimento da unidade de classe dos servidores. A escassez de pessoal e o excesso de demandas aliados aos diferentes regimes remuneratórios e carga horária de trabalho dificultam a mobilização dos servidores com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas coletivas.

Infelizmente sem a superação do modo de produção capitalista, que impõe o risco aceitável dos danos do trabalho sobre a vida dos trabalhadores, a apropriação da saúde desses servidores sempre estará posta ao trabalho, porém através de uma perspectiva de ações mais interdisciplinares, intersetoriais, coletivas, propositivas, em diálogo com a classe trabalhadora, se vislumbra a possibilidade de evitar esse caminho de desproteção dos servidores que os leva ao adoecimento temporário e permanente, comprometendo todas as dimensões de sua vida (Lacaz, 2007, p.764).

Para além do exposto, as políticas sociais em defesa dos servidores são entendidas como obstáculo ao desenvolvimento, e a supervalorização da empresa privada como modelo organizacional eficiente passa a orientar a gestão pública por indicadores de desempenho e produtividade, sob uma lógica gerencialista. As relações de trabalho no serviço público sofrem forte influência do contexto capitalista neoliberal e o cotidiano do servidor público é fragilizado por cortes orçamentários, aumento da carga horária, redução de pessoal, ameaça à privatização e a baixa autonomia frente ao controle hierárquico (Antunes & Praun, 2015; Chanlat, 2002; Seligmann-Silva, 2011).

Os estudos de Ramos e Macêdo (2018), Tessarini Junior e Saltorato (2021) e de Tessarini Junior, Saltorato, Sigahi, Fontes e Vieira (2020) sinalizam que os impactos da precarização do trabalho estendem-se ao domínio do trabalho administrativo no serviço público, tanto associados às condições de trabalho quanto aos aspectos qualitativos de como o trabalho é organizado. Outras produções como as de Fontenele, Leitão, Ramos, Galvão e Almeida (2019); Godinho, Ferreira, Moura e Greco (2019); Leles e Amaral (2018); Lima, Albuquerque, Fagundes e Coutinho (2020); Lopes *et. al.* (2021) e Padilla Sarmiento, Villamizar Carrillo e Mogollón Canal (2018) revelam que as dimensões da saúde física, mental e social se inter-relacionam em uma complexidade de fenômenos que repercutem na vida das pessoas em sua integralidade.

Em face dos resultados das produções científicas apresentadas, observa-se um potencial a ser explorado no que tange à relação entre as representações sociais de saúde e trabalho, na perspectiva de servidores em funções administrativas no serviço público, com o propósito de demonstrar as necessidades de saúde dos trabalhadores para além dos dados quantitativos vinculados ao diagnóstico de doenças. Deste modo, o entendimento sobre os significados de saúde enseja a identificação das potencialidades e fragilidades relacionadas ao trabalho, além de favorecer a busca de estratégias de gerenciamento dos fatores de risco à saúde dos trabalhadores.

Moscovici (2015) apresentou o conceito de Representações Sociais (RS) na década de 1960, na França. Este autor introduziu um campo de investigação importante da Psicologia Social, em que se busca compreender o universo consensual por meio do estudo das relações cotidianas. Entende-se que no cotidiano os grupos expressam seus sentidos e significados de forma lógica e coerente. Deste modo, as RS têm destaque como uma teoria que acessa à realidade e reconhece a legitimidade dos saberes do senso comum,

configurando-se como base metodológica para a análise da real condição dos sujeitos a serem pesquisados.

O estudo justifica-se pela contribuição ao campo Saúde do Trabalhador no âmbito do serviço público. A escolha da equipe administrativa ocorreu pela relevância das atividades, sobretudo pelo exercício de funções de alta responsabilidade e que repercutem em todas as unidades da Administração Direta. O objetivo é compreender a relação entre as representações de saúde e os fatores associados ao trabalho que impactam no processo saúde-doença de uma equipe administrativa no serviço público municipal de uma cidade no Triângulo Mineiro.

Método

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa. Foram incluídos na pesquisa 30 servidores concursados, ocupantes do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo que trabalham em uma unidade administrativa da Prefeitura estudada, com idade superior a 19 anos, de ambos os sexos, sem distinção étnica, que consentiram participar da pesquisa e fornecer informações pelo método descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos os servidores que atuavam há menos de um ano na unidade ou que estavam de férias ou afastados por quaisquer motivos.

Dentre os potenciais participantes, 26 participaram desta pesquisa, visto que 2 servidores trabalhavam na unidade há menos de 1 ano e outros 2 servidores estavam afastados das atividades laborais. O processo de recrutamento dos participantes foi feito por telefone, inicialmente com o diretor da unidade e com os respectivos coordenadores de setor. Na sequência, contactou-se os demais participantes por ligação ou mensagem de *WhatsApp*, cujos números para contato foram disponibilizados pelos coordenadores ou em alguns casos, já eram do conhecimento dos pesquisadores.

O contato inicial auxiliou no estabelecimento da empatia, de modo a promover segurança e conforto. Diante da manifestação de disponibilidade em colaborar com a pesquisa, aos participantes foi encaminhado o TCLE *online*, elaborado na plataforma *Google Forms*. Além da validação do consentimento, os participantes informaram um pseudônimo para garantir a privacidade, bem como um *e-mail* para ciência dos resultados após o término do estudo.

A coleta de informações foi realizada em duas etapas, no período de março a maio de 2022, exclusivamente em ambiente virtual. A primeira etapa, por meio de um questionário *online* para caracterização sociodemográfica, elaborado na plataforma *Google Forms*, disponível e aplicado de forma assíncrona, sem interação simultânea. Em seguida, realizou-se uma entrevista semiestruturada, áudio-gravada, na modalidade *online*, de forma síncrona, com interação simultânea, de acordo com a disponibilidade e conforto de cada participante. Ambas as etapas de coleta de dados duraram em média 30 minutos.

A elaboração do perfil sociodemográfico permitiu caracterizar os participantes em relação ao fenômeno apresentado e estabelecer possíveis variáveis associadas ao processo saúde-doença (Silva & Ferreira, 2012). Os resultados do questionário sociodemográfico foram agrupados em uma planilha do *software Microsoft Excel*[®].

Quanto à entrevista adotou-se como roteiro o Teste de Evocação Semiestruturado (TESE), utilizando as palavras-chave para o acesso aos conceitos (“o que é”); aos valores (“é importante”); e às falhas concebidas (“precisa ter”), permitindo identificar as evocações das Representações Sociais (RS) do grupo sobre sua realidade (Brabo & Gomes, 2013). O instrumento construído foi refinado pela aplicação de um pré-teste com 4 servidores que não trabalhavam na unidade pesquisada, resultando nas seguintes perguntas: (1) considerando a sua história pessoal, o que é saúde para você? (2) para você, quais estratégias são importantes para que você tenha saúde no trabalho? (3) na sua opinião, o que o seu trabalho não tem mas precisa ter para que você tenha saúde?

As entrevistas foram transcritas na íntegra pelos pesquisadores e encaminhadas ao participante para a sua aprovação final. O sigilo e a privacidade foram garantidos com a supressão de informações que permitissem identificações. Além disso, os nomes dos entrevistados foram substituídos pela letra “P” (de participante) seguida do número arábico, atribuído à sequência das participações no estudo. As narrativas transcritas e aprovadas pelos participantes foram submetidas à análise de conteúdo, na modalidade temática, conforme preconiza Bardin (2011).

A análise de conteúdo foi desenvolvida com a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Iniciou-se com a leitura flutuante, permitindo organizar os dados e elaborar uma estrutura conceitual como plano de análise, em consonância com o referencial teórico e os objetivos do estudo. Na exploração do material definiu-se códigos, associando as narrativas dos textos transcritos aos temas representativos. Os temas foram validados, descartados e reformulados, de acordo com as unidades de maior ocorrência nos

fragmentos textuais, e então agrupados em categorias temáticas pela similaridade das evocações. Por fim, na fase de tratamento dos dados realizou-se a síntese dos resultados e as interpretações, com o objetivo de compreender o que foi coletado para além das aparências do fenômeno (Bardin, 2011).

As categorias temáticas foram analisadas à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS), a qual possibilita o entendimento do processo saúde-doença sob uma perspectiva coletiva, sem desconsiderar a experiência individual, resgatando as concepções que os trabalhadores atribuem às características identificadas. A análise, sobre como as representações relacionam-se aos eventos indicativos de prejuízo à saúde dos trabalhadores, permite identificar e refletir acerca das condições no cotidiano do trabalho. A interlocução com a experiência subjetiva dos próprios trabalhadores é uma premissa teórica-metodológica de investigação para atingir objetivos de transformações efetivas no campo da saúde do trabalhador (Cabral e cols., 2021; Gomez e cols., 2018).

O Projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com o CAAE n.º 53931621.2.0000.5154 e Parecer nº 5.283.969.

Resultados e discussões

Caracterização sociodemográfica dos participantes

O instrumento possibilitou caracterizar os participantes quanto ao perfil sociodemográfico, bem como investigar o impacto da Covid-19 sobre a concepção de saúde. Além disso, permitiu a identificação das estratégias de lazer dos participantes para compreensão de como é utilizado o tempo livre fora das obrigações do trabalho.

O trabalho administrativo na equipe investigada é predominantemente composto por mulheres (80,8%). Do total de participantes também prevalecem a auto declaração de cor/raça branco (76,9%), e idade entre 28 a 42 anos (65,5%). Majoritariamente possuem religião/crenças ou práticas religiosas (88,5%), alta escolaridade (especialização) (77,0%), renda familiar acima de 4 salários-mínimos (73,1%), apenas um vínculo empregatício (92,3%) e trabalham 30 horas semanais (80,8%) no período vespertino (73,1%).

Com referência ao período pandêmico, 100% dos respondentes afirmaram que eles mesmos ou algum familiar/pessoa próxima testaram positivo para Covid-19 e, portanto, sofreram algum impacto da pandemia. Ademais, 17 participantes (65,4%) responderam

que “concordam totalmente” que a pandemia de Covid-19 afetou a sua concepção de saúde, e 9 participantes (34,6%) disseram que “concordam”.

Quanto às estratégias de lazer dos participantes, 31,4% das preferências referem-se a passeios. Enquanto atividades como a de leitura e a de assistir TV/séries/filmes foram citadas na proporção de 14,8% cada. Buscar a companhia de familiares e amigos correspondeu a 12,9% das atividades referenciadas. Atividades físicas representam 9,2% das atividades mencionadas. Outras escolhas como jogos eletrônicos e brincar com os filhos foram apontadas em 3,7% cada e opções como descanso, música, artesanato, navegar na internet e brincar com o animal de estimação representam cada 1,9% das citações.

Em face do resultado de preferência dos participantes por passeios como estratégias de lazer no tempo livre fora do trabalho sugere-se o impacto negativo das medidas de distanciamento social para o controle do contágio do novo coronavírus. Por sua vez, as respostas de que a pandemia afetou as concepções de saúde, provavelmente, deve-se ao fato de manterem maior consciência sobre o assunto diante do contexto pandêmico. Tais colocações estão alinhadas com Qiu *et. al.* (2020) no estudo sobre o sofrimento psicológico da população chinesa durante a pandemia, em que evidencia o impacto do isolamento em muitos aspectos da vida das pessoas. Esses autores destacam que a população do sexo feminino e com maior escolaridade tendem a sentir mais angústia em emergências de saúde pública.

Diante do perfil sociodemográfico, o quadro de pessoal da unidade investigada, predominantemente de mulheres, sugere uma divisão sexual do trabalho administrativo. Todavia esta inferência não é generalizável e carece de maiores investigações, considerando que estudos como os de Godinho e cols. (2019), Lima e cols. (2020) e Lopes *et. al.* (2021) não apresentaram diferenças estatisticamente importantes quanto ao sexo dos/das trabalhadores/as no contexto administrativo do serviço público. Além disso, os dados provocam reflexões quanto à divisão racial e social para o trabalho administrativo no serviço público, uma vez que a maioria dos participantes autodeclararam de cor/raça branco, com alta escolaridade e alta renda familiar.

Para além do apresentado, não se estabeleceu outras relações significativas entre as variáveis sociodemográficas analisadas.

Representações sociais sobre saúde e trabalho administrativo

As narrativas derivadas do Teste de Evocação Semiestruturado (TESE) foram submetidas à análise de conteúdo, resultando em 4 categorias temáticas, a saber: (1) Representação Social de saúde como ausência de sofrimento; (2) Valorização das dimensões de saúde social, física e mental no ambiente de trabalho; (3) Um pedido: a humanização no trabalho; (4) A organização do trabalho repercute no processo saúde-doença dos servidores administrativos. Apresenta-se a seguir os resultados e discussões correspondentes a cada uma das categorias.

Categoria 1 - Representação Social de saúde como ausência de sofrimento

Os resultados revelaram representações sobre o conceito de saúde associadas à ausência de doenças, bem como ao completo bem-estar físico, mental e social. Ao atribuírem à saúde significados relativos ao equilíbrio, à harmonia, ao conforto, ao prazer e à satisfação, estes aludem ao conceito de saúde relacionado à ausência de doenças, em consonância com a definição da Organização Mundial de Saúde, que encontra suporte teórico nas discussões de Almeida Filho (2011).

[...] significa uma abrangência de aspectos tanto físicos, quanto psicológicos que vão resultar em um bem-estar, que proporcione realizar as atividades diárias bem, estar bem pra se relacionar com as outras pessoas (P2)

Saúde eu penso que tem que ser completa (P7)

A gente entende saúde como saúde física, de não estar acometido por nenhuma doença, ou tendo algum mal que te faça ficar debilitado [...] está ligado em ter prazer de executar as coisas (P11).

Paradoxalmente, Dejours (1986) faz uma crítica aos significados de “conforto” e “equilíbrio” atribuídos pelos participantes do estudo, uma vez que se trata de um discurso idealizado de saúde.

[...] é ter uma rotina equilibrada (P18)

[...] quando o nosso corpo está em harmonia com a nossa vida (P19)

[...] é tudo que nos deixa confortáveis (P20)

[...] acho que a pessoa tem que estar satisfeita consigo mesma (P23).

Na abordagem da psicodinâmica do trabalho, o desconforto e o sofrimento são inerentes à vida e o principal aspecto da saúde é ter a liberdade de ação diante do desejo de transformar a própria vida e o trabalho (Dejours, 1986). Deste modo, as ideias representacionais de saúde, como o de “conforto” e “equilíbrio”, podem promover sentimentos de incapacidade e frustração nos/nas trabalhadores/as, uma vez que conduzem a um propósito de plenitude e harmonia inalcançáveis.

As narrativas também remetem a uma transição de perspectiva sobre o significado de saúde restrita às doenças orgânicas para representações relacionadas à saúde mental e às relações sociais, possivelmente pela crescente discussão sobre saúde mental, fortalecida pela ansiedade e o estresse entre os trabalhadores em tempos de período pandêmico (Oliveira *et. al.*, 2022; Oliveira & Ribeiro, 2021; Santos *et. al.*, 2020).

[...] a saúde pra mim está muito relacionada, principalmente nesse mundo que a gente está vivendo, a saúde mental (...) tentando equilibrar tudo o que a gente tem vivenciado (P10)

Nos últimos tempos, não sei se pela idade ou pelo impacto recente da pandemia, saúde pra mim está muito relacionada com a qualidade de vida (P22)

Hoje com essa discussão de saúde mental, a gente muda a percepção disso tudo. A gente preocupa se está bem, se está angustiado, se está se portando bem com as outras pessoas pra gerar bons sentimentos nos nossos colegas, nos nossos

familiares, nessas relações. Então a gente teve a oportunidade de aprender que saúde é você todo, preocupado com tudo o que você está sentindo, não só a dor física, mas também a mental (P26).

Neste cenário, os participantes apresentaram relatos de práticas de autocuidado, tendo em vista a prevenção de doenças. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o autocuidado é a capacidade do indivíduo de cuidar de si mesmo, de manter a sua própria saúde com ou sem o apoio de um profissional (World Health Organization [WHO], 2021).

Eu acho que a alimentação é importante pra manter uma boa saúde física, e o exercício físico também (P1).

Por sua vez, os participantes ainda manifestaram narrativas de representação do trabalho como um contexto para a construção da saúde.

[...] é ter um trabalho que te desafie de maneira positiva (P4).

Para além do trabalho, a alimentação e a atividade física estão alinhadas às dimensões constituintes dos Determinantes Sociais da Saúde, legitimadas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em que atribui a esses elementos em relação com outros como condicionantes da saúde. Contudo, o autocuidado é uma prática complementar, associada ao estilo de vida, e deve ser concebida como uma escolha positiva e não como a única alternativa frente a histórica fragilidade das políticas voltadas à saúde do trabalhador no serviço público.

As concepções da equipe investigada direcionam para a compreensão sobre os valores e a interação dos trabalhadores com a própria saúde e com as características do trabalho que impactam no processo saúde-doença. Observa-se a representação associada ao modelo médico-curativo e um discurso idealizado de saúde que favorecem a manutenção das estruturas de poder e de atitudes de conformidade com o meio. A valorização do estado completo de bem-estar, veiculada nas mídias a serviço de estratégias comerciais em tempos neoliberais, assim como asseguram Seligmann-Silva (2011) e Antunes (2018), impõem ao

trabalhador o desafio de adequação em um contexto de fragilidade e precarização do trabalho.

Categoria 2 - Valorização das dimensões de saúde social, física e mental no ambiente de trabalho

A dimensão social se configura como uma potencialidade no espaço de trabalho dos servidores administrativos investigados. A saúde social manifesta-se como resultante das relações interpessoais em um ambiente sem atritos e acolhedor, estreitamente associado à representação de saúde que evoca conforto, equilíbrio e felicidade.

[...] o clima tem que ser acolhedor com os funcionários (P5)

[...] porque quando a gente tem algum tipo de atrito, isso atrapalha todo o ambiente e fica desconfortável. Não dá vontade nem de ir trabalhar (P6)

[...] isso traz equilíbrio para desenvolver bem as atividades (P8)

[...] ter um ambiente leve [...] isso facilita muito o nosso trabalho, de estar feliz naquele local (P25).

O reconhecimento do apoio social como um fator regulador da saúde dos trabalhadores corrobora com a pesquisa realizada por Godinho e cols. (2019), com 328 servidores técnicos-administrativos de uma universidade pública, em Juiz de Fora/MG, nos anos de 2016 e 2017, em que constataram o valor da cooperação nas relações de trabalho, além da associação entre a capacidade para o trabalho prejudicada e o baixo apoio social. Para além do exposto, infere-se que as medidas de distanciamento adotadas no período pandêmico fragilizaram os espaços de apoio social, tendo possivelmente um impacto negativo na saúde dos trabalhadores, assim como sinalizado nos estudos de Santos *et. al.* (2020) e Qiu *et. al.* (2020).

Por outro lado, as dimensões da saúde mental e física são concebidas como fragilidades do serviço público administrativo no que tange ao processo saúde-doença dos servidores. Os resultados demonstram que os elementos relacionados às condições de trabalho, como as inadequações ergonômicas e a carência de recursos tecnológicos impactam na saúde.

Os participantes estabeleceram uma relação entre a deficiência dos recursos tecnológicos, a sobrecarga de trabalho e o desgaste mental.

Como eu estava com uma carga horária muito grande de trabalho por conta das horas extras, eu vi que isso estava me desgastando ao extremo (P10)

A gente não tem recursos tecnológicos que nos amparem pra executar o trabalho da melhor forma e a saúde é impactada diretamente nisso. Que você não seja o único meio pra trazer esse trabalho de forma excelente, mas que você tenha recursos (P11)

Se os processos de trabalho fossem mais automatizados não precisaria fazer tanta conferência manual e a quantidade de pessoas seria suficiente. É muito manual e muito papel, muita burocracia [...] acaba ficando estressada com o excesso de trabalho (P12)

As falhas de sistema acabam que geram um estresse mental (P19).

Houve uma correlação entre as inadequações do mobiliário às dores osteomusculares, revelando que os trabalhadores trazem impressões de descuido da gestão quanto ao cuidado com a saúde da equipe.

A gente fica o dia inteiro trabalhando sentado e dá aquela dor (P5)

A gente deveria ter alguns mobiliários mais bem planejados [...] que forneça pra gente uma boa postura (P14)

Eu acho que a questão do assento poderia melhorar. Eu volto do trabalho sempre com dores nas costas, e acho que é devido ao assento que não é tão confortável (P23).

Os estudos de Fontenele e cols. (2019), com 249 agentes administrativos dos setores de atendimento de uma instituição de ensino superior em São Luís/MA em sintonia com as investigações de Lopes *et. al.* (2021) com 451 profissionais de setores administrativos que trabalham predominantemente na postura sentada, em órgão da administração pública federal de dois municípios da região sul do país, evidenciam a vulnerabilidade do trabalhador administrativo para o sofrimento físico e mental, destacando que o mobiliário inadequado à postura afeta tanto a prevalência de dores relacionadas ao sistema osteomuscular, como favorece a experimentação de sentimentos negativos em relação ao trabalho.

O exercício para as efetivas transformações deve ocorrer no local onde acontece o fato de trabalhar, reconhecendo a necessidade de investigação sobre o coletivo de trabalho. Esta alegação encontra respaldo nos estudos sobre a Ergonomia da Atividade. Em um levantamento bibliográfico realizado em 2020, de artigos publicados no período de 2010 a 2019, Araújo, Leite e Oliveira (2021) concluíram que a transferência dos trabalhadores para o centro das análises e da ação aumentam o poder de agir e a flexibilização da organização do trabalho. Deste modo, faz-se um movimento de se pensar nos recursos materiais e/ou técnicos na perspectiva do trabalhador sobre a sua própria relação com o exercício da atividade, considerando a voz dos sujeitos que trabalham.

Todavia, observa-se um discurso estratégico entre os participantes para lidar com as lacunas estruturais do trabalho ao manifestarem impressões de benefício nas relações interpessoais positivas e por terem mais liberdade e menos cobrança quando comparado às atividades administrativas do setor privado.

[...] porque lá dentro [da Unidade] a gente tem uma liberdade. [...] é diferente de uma empresa privada, a

cobrança que tem, isso é bem diferente. [...] As coisas que eu sinto falta eu vou atrás por mim mesma, mesmo que o sistema não ofereça, a gente pode ir atrás disso (P1)

Porque lá eu sou muito bem acolhida e entendida. A relação com as pessoas é muito boa (P7)

A questão interpessoal no meu ambiente de trabalho é muito bacana (P8).

Ademais, as narrativas revelaram representações vinculadas à responsabilização individual, como se o esforço pessoal fosse suficiente para promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Primeiro eu acho que parte muito da pessoa, um controle mental, emocional pra desenvolver o trabalho (P3)

[...] se aparecer mais uma demanda, eu vou me matar e vou conseguir [...] a gente caminha sozinho (P11)

Para que eu produza bem eu preciso estar bem comigo mesma (P14)

Vai desde a alimentação, fazer exercício, até a própria personalidade, de querer estar bem, de não se deixar abater, de reagir (P17)

Procuro em primeiro lugar controlar a ansiedade que eu tenho, que é uma característica minha [...] pra trabalhar a

saúde no ambiente de trabalho, eu acho que exige da minha parte um controle emocional, de foco, de disciplina (P19).

O entendimento sobre os valores e as necessidades de saúde, ao mesmo tempo que servem de referência para a identificação das potencialidades e das fragilidades relacionadas ao trabalho, permitem perceber a naturalização do pensamento de autorresponsabilização socialmente construído. Reconhece-se aqui a importância do cuidado com a própria saúde, no entanto, é indiscutível o papel disfuncional do discurso de responsabilização individual adaptado às demandas produtivistas.

Esta análise corrobora com a teorização de Seligmann-Silva (2011), que destaca a expansão do individualismo como um facilitador da precarização do trabalho e da saúde. Entende-se, portanto, que as narrativas idealizadas sobre a existência de um estado pleno de saúde e de responsabilização individual bloqueiam os debates sobre as condições sociais, o dever do estado e os problemas estruturais que regem as relações de trabalho.

Categoria 3 - Um pedido: a humanização no trabalho

Os participantes demonstraram expectativa de um tratamento humanizado no ambiente laboral, em que suas particularidades sejam valorizadas e seus desejos satisfeitos, bem como respeitados em suas limitações.

Eu acredito que em primeiro lugar é ser visto, é ser tratado como um indivíduo, uma pessoa que tem suas particularidades e não ser enxergada como mais um número, mais um funcionário. [...] Os programas que são voltados ao servidor, eu vejo que não tem uma continuidade. Eu acho que é importante essa continuidade de programas pensando no bem-estar do servidor (P2).

Fica evidente a instabilidade dos vínculos humanos como característica de uma visão tecnicista e gerencial do trabalho, em que “[...] a ética e o respeito à dignidade

humana foram ocupando posição cada vez menor no cotidiano social”, trazendo implicações a saúde mental (Seligmann-Silva, 2011, p.459).

As narrativas revelam também um pedido de reconhecimento do trabalho executado por meio de uma contrapartida do órgão público, especialmente por melhorias das condições de trabalho e de ações voltadas ao aperfeiçoamento profissional e ao bem-estar físico, mental e social do servidor. Para além de reconhecimento por elogios, os servidores pleiteiam por dignidade nas condições e organização do trabalho e no interesse genuíno do bem-estar do trabalhador.

Muitas vezes eu recebi elogios, mas a contrapartida nunca chegava. [...] ali você é a pessoa ocupante do cargo [...] A gente tem que ter uma condição de trabalho mais humana, ligado à cobrança do que você tem que entregar e do que a empresa pode disponibilizar pra você em termos de recursos, seja ele físico, tecnológico, pra que o trabalho fique mais humano (P11)

Eu acho que falta treinamento [...] aprender um pouco do serviço do outro pra ter uma visão do todo [...] já pedi várias vezes e falaram que a gente aprende é na prática (P16).

O pedido de humanização no trabalho vai ao encontro das reflexões de Bomfim (2019) sobre a ressignificação do papel do trabalhador, de não ser visto como recurso ou engrenagem para fazer a máquina funcionar, mas sim como parceiros providos de inteligência, conhecimentos e habilidades. O autor argumenta que o foco apenas no resultado sem oferecer condições adequadas para a execução do trabalho pode trazer sentimento de impotência e insegurança, gerando um ambiente propício ao adoecimento.

Em um estudo feito por Laux, Hoff, Antes, Cviatkovski e Corazza (2018) com 36 servidores administrativos da Universidade Federal da Fronteira Sul de Chapecó/SC, obteve como resultado que intervenções com exercícios físicos no ambiente de trabalho

reduziram a ansiedade dos trabalhadores. Entende-se aqui que os programas voltados ao bem-estar dos servidores são pertinentes, todavia, mais do que auxiliar na remissão de sintomas, o principal desafio é orientar o cuidado para ações de desnaturalização da opressão que mantém o trabalhador em um espaço de desrespeito às necessidades e limitações humanas.

Categoria 4 - A organização do trabalho repercute no processo saúde-doença dos servidores administrativos

Os servidores administrativos destacaram a comunicação ineficiente, entre os gestores e o trabalhador que executa as atividades, quanto à desvalorização de espaços de discussão e planejamento. Na concepção dos trabalhadores, a ausência de planos de ação culmina em desorganização, estresse e em sentimentos de desamparo por força das lacunas nos processos comunicacionais.

[...] A gente fica sem saber exatamente o que fazer diante de situações que poderiam ser resolvidas com um pouco mais de comunicação. Eu acho que grande parte do estresse que existe no setor em que eu trabalho se dá pela falta de comunicação (P2)

[...] se eu conseguisse planejar o meu trabalho, eu acho que eu conseguiria trabalhar melhor e ter uma melhor saúde mental, sem ter que ficar vivendo nessa pressão sempre (P6)

[...] A falta de organização gera desconforto [...] (P9)

[...] a gente acaba sendo o nosso gestor [...] a gente caminha sozinho (P11).

Cabe sinalizar o paradoxo encontrado entre as narrativas de ausência de espaços de planejamento e nos relatos que apontam relações interpessoais positivas com a chefia. Esta

contradição revela que as relações interpessoais não alcançam o âmbito da efetiva atenção aos aspectos da organização do trabalho e da saúde do trabalhador.

Em termos de relacionamento com a chefia é muito bom (P2)

[...]O clima tem que ser acolhedor com os funcionários. O que vejo é que a prefeitura tenta fazer isso [...] eu acho que isso já é feito lá. É bem tranquilo (P5).

Os trabalhadores reconhecem que a organização dos processos de trabalho interfere na saúde, conforme também observado nos estudos de Ramos e Macêdo (2018) e de Gomez e cols. (2018). Do mesmo modo, Seligmann-Silva (2011) argumenta que a principal origem do desgaste mental relacionado ao trabalho reside nos fatores de ordem organizacional. Em estudo de Padilla Sarmiento e cols. (2018) com 115 servidores administrativos em uma instituição de ensino superior na Colômbia, associaram a saúde mental dos trabalhadores ao estresse e aos processos comunicacionais inadequados.

Nos relatos dos servidores, evidenciam-se o excesso de tempo na posição sentada e a pressão para cumprimento de prazos como elementos que prejudicam a saúde. Destaca-se que a pressão para o cumprimento de prazos se contradiz à liberdade, aspecto este que segundo Dejours (1986) é fundamental para a construção da saúde.

Nossa demanda sobrecarrega muito a gente [...] o que mais pesa é que somos poucas pessoas pra muito trabalho, com pressão pra fazer aquilo em curto espaço de tempo (P10)

Nessa rotina administrativa, a gente fica muito sentado em frente ao computador. [...] (P18).

E ainda, o trabalho administrativo se constitui de uma rotina cansativa, de pouco dinamismo e sem desafios.

[...] Eu acho que precisa variar as atividades pra não ficar com o cérebro tão cansado, tão pesado de estar fazendo a mesma coisa o

dia inteiro. Eu acho que o trabalho afeta principalmente a saúde mental, que é o estresse, o cansaço. Eu acho que precisaria ter uma rotina mais dinâmica, uma rotina que levasse a gente a querer buscar algo novo, alterando a dinâmica do trabalho. [...] (P18).

Tessarini Junior e cols. (2020) e Tessarini Junior e Saltorato (2021) investigaram o contexto do trabalho administrativo com servidores de uma instituição de ensino superior na cidade de São Paulo, no ano de 2017 e 2019, respectivamente. Os estudos revelaram vivências de sofrimento e desmotivação, diante do ritmo excessivo de trabalho, do seu conteúdo burocrático e repetitivo, destacando que as atividades rotineiras e pouco desafiadoras prejudicam o sentido de realização pessoal com o trabalho.

As evocações resultantes da aplicação do TESE permitiram o acesso à vivência subjetiva e afetiva do trabalhador no tocante ao trabalho real. Apresentaram fragilidades relativas ao distanciamento das expectativas prescritas, abrindo um espaço de possibilidades para as práticas do campo Saúde do Trabalhador. Dejours e cols. (2016) descrevem a incoerência entre o prescrito do que realmente é sentido e pode acontecer para atender o que é solicitado. Segundo esses autores, a atividade real de trabalho só pode ser explicitada na perspectiva do trabalhador sobre a sua própria relação com a organização das tarefas.

Os resultados permitiram compreender as singularidades do segmento administrativo no serviço público municipal e de outras instituições, as quais repercutem nas dimensões da saúde física e mental dos servidores e estão estreitamente relacionadas à lógica produtivista do contexto neoliberal.

Conclusão

Pesquisar as representações de saúde e os fatores associados ao trabalho que impactam no processo saúde-doença da equipe administrativa no serviço público permitiu compreender essa dinâmica na ótica dos sujeitos que trabalham.

As contribuições científicas do estudo apontam a reprodução de práticas naturalizadas no ambiente laboral em virtude do sentido que se dá sobre o valor e o cuidado com a saúde. Evidenciaram um repertório oriundo da apropriação histórica, social e econômica do conceito de saúde, corroborando com o veiculado na conjuntura neoliberal,

que fragiliza os espaços de discussão coletiva e de mudanças efetivas na realidade estrutural dos contextos de trabalho.

Quanto às contribuições práticas propõem-se a criação de espaços compartilhados de planejamento das atividades de trabalho, de modo a garantir a discussão sobre a origem do modo vigente de organização do trabalho e sobre possíveis caminhos para tornar as relações mais humanas.

As limitações deste estudo apresentam-se na análise de uma unidade de trabalho administrativo do serviço público municipal, o que inviabiliza a generalização dos resultados para outros contextos. As relações de trabalho manifestam-se como fontes inesgotáveis de reflexões científicas, deste modo, sugere-se estudos futuros sobre a relação entre a abordagem de responsabilização individual identificada com as situações de afastamento e inércia diante dos aspectos estruturais de precarização do trabalho.

Os estudos sobre a saúde dos servidores em funções administrativas revelam necessidades de novas estratégias na produção acadêmica e em práticas de cuidado frente a histórica fragilidade das políticas voltadas à saúde do trabalhador no serviço público.

Referências

- Almeida Filho, N. de. (2011). *O que é saúde?* (1a. ed.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Antunes, R. (2018). Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. Em R. Antunes, *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. (Cap. II, pp. 35-48). São Paulo: Boitempo Editorial. Recuperado em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>
- Antunes, R., & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, 00 (123), 407-427. [doi:10.1590/0101-6628.030](https://doi.org/10.1590/0101-6628.030)
- Araújo, A. L. de S., Leite, A. C., & Oliveira, M. F. de. (2021). Discussão acerca do trabalho e do espaço para o trabalhador na ergonomia: uma revisão bibliográfica. Em J. C. de F. Fonseca, B. M. de C. Reis, J. A. T. Monteiro, C. E. C. Vieira & J. N. G. de Araújo (Orgs.), *Psicologia, trabalho e processos psicossociais: pesquisas e intervenções*. (Cap. 4, pp. 99-125). Belo Horizonte: Editora PUC Minas. Recuperado em https://www.pucminas.br/pos/psicologia/DocumentosGerais/LIVRO_Psicologia_TraTraba_Processos_Psicossociais_12082021.pdf
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bomfim, N. A. (2019). Gestão de Pessoas como ferramenta de (re)humanização do trabalhador. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, 16 (28), 41-56. [doi:10.22481/ccsa.v16i28.5753](https://doi.org/10.22481/ccsa.v16i28.5753)

- Brabo, J. C., & Gomes, A. S. A. (2013, dezembro). Teste de evocações semiestruturado como ferramenta para o estudo de representações sociais: possibilidades de aplicação na pesquisa em ensino de ciências. (Org.), *Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências*, Associação Brasileira de Pesquisa em Ensino de Ciências, Águas de Lindóia, SP, Brasil.
- Cabral, I. B. V., Silva, P. H. N. da., & Souza, D. de O. (2021). A precarização do trabalho e saúde do trabalhador: revisão e perspectivas. *Trabalho & Educação*, 30 (3), 51–65. doi: [10.35699/2238-037X.2021.25729](https://doi.org/10.35699/2238-037X.2021.25729)
- Chanlat, J-F. (2002, outubro). O gerencialismo e a ética do bem-comum: a questão da motivação para o trabalho nos serviços públicos. (Org.), *Anais do VII Congresso Internacional Del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Lisboa, Portugal.
- Dejours, C. (1986). Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 14 (54), 7-11.
- Dejours, C., Barros, J. de O., & Lancman, S. (2016). A centralidade do trabalho para a construção da saúde. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 27 (2), 228-235. doi: [10.11606/issn.2238-6149.v27i2p228-235](https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v27i2p228-235)
- Fontenele, R. M., Leitão, H. L. S., Ramos, A. S. M. B., Galvão, A. P. F. C., & Almeida, H. F. R. (2019). Fatores de vulnerabilidade para o sofrimento psíquico relacionado ao trabalho de agentes administrativos. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 23 (2), 115-122. doi: [10.22478/ufpb.2317-6032.2019v23n2.41929](https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6032.2019v23n2.41929)
- Godinho, M. R., Ferreira, A. P., Moura, D. C. A. de, & Greco, R. M. (2019). Apoio social no trabalho: um estudo de coorte com servidores de uma universidade pública. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22, 1-13. doi: [10.1590/1980-549720190068](https://doi.org/10.1590/1980-549720190068)
- Gomez, C. M. (2011). Campo da saúde do trabalhador: trajetória, configuração e transformações. Em Gomez, C. M., Machado, J. M. H., & Pena, P. G. L., *Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea*. (Introdução, pp. 23-34). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Recuperado em <https://books.scielo.org/id/qq8zp/pdf/minayo-9788575413654-02.pdf>
- Gomez, C. M., Vasconcellos, L. C. F. de., & Machado, J. M. H. (2018). Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23 (6), 1963-1970. doi: [10.1590/1413-81232018236.04922018](https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021). @ Cidades, Recuperado em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>
- Lacaz, F. A. de C. (2007). O campo saúde do trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 23 (4), 757-766. doi: [10.1590/S0102-311X2007000400003](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400003)
- Lacaz, F. A. de C., Goulart, P. M., Souza, E. A. de., Trapé, C. A., Moita, D., Mota-Sousa, G., & Ribeiro, B. C. (2020). O campo saúde do trabalhador nos 25 anos da Revista

Ciência & Saúde Coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25 (12), 4843-4852. [doi: 10.1590/1413-812320202512.21292020](https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.21292020)

Laux, R. C., Hoff, K., Antes, D. L., Cviatkovski, A., & Corazza, S. T. (2018). Efeito de um programa de exercício físico no ambiente de trabalho sobre a ansiedade. *Ciencia&Trabajo*, 20 (62), 80-83. [doi: 10.4067/S0718-24492018000200080](https://doi.org/10.4067/S0718-24492018000200080)

Leles, L. C., & Amaral, G. A. (2018). Prazer e sofrimento no trabalho de servidores públicos: estudo de caso com técnico-administrativos em educação. *Revista Laborativa*, 7 (1), 53-73. Recuperado em <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1926>

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

Lima, T. B. We., Albuquerque, J. R., Fagundes, M. G., & Coutinho, C. C. C. (2020). Prevalência de sintomas osteomusculares e qualidade de vida de trabalhadores técnicos administrativos. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 18 (1), 45-50. [doi: 10.5327/Z1679443520200445](https://doi.org/10.5327/Z1679443520200445)

Lopes, A. R., Trelha, C. S., Robazzi, M. L. do C. C., Reis, R. A., Pereira, M. J. B., & Santos, C. B. dos. (2021). Fatores associados a sintomas osteomusculares em profissionais que trabalham sentados. *Revista de Saúde Pública*, 55 (2), 1-12. [doi: 10.11606/s1518-8787.2021055002617](https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002617)

Mendes, R., & Dias, E. C. (1991). Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, 25 (5), 341-349. [doi: 10.1590/S0034-89101991000500003](https://doi.org/10.1590/S0034-89101991000500003)

Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (11. ed.). Petrópolis: Vozes.

Oliveira, M. M. A. de., Silva, S. E. H de L. dos S., Almeida, G. F. da S., Almeida, M. A. T. de., Bezerra, P. G. de A., Nascimento, L. S. do., Silva, J. G. da, Pereira, T. T. P. de M., Felix, H. C. de O., & Melo, T. P. de. (2022). O impacto da pandemia na saúde mental: um olhar sobre o ponto de vista da saúde do trabalhador. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, 3 (4), e341359. [doi: 10.47820/recima21.v3i4.1359](https://doi.org/10.47820/recima21.v3i4.1359)

Oliveira, G. L., & Ribeiro, A. P. (2021). Relações de trabalho e a saúde do trabalhador durante e após a pandemia de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, 37 (3), e00018321. [doi: 10.1590/0102-311X00018321](https://doi.org/10.1590/0102-311X00018321)

Padilla Sarmiento, S. L., Villamizar Carrillo, D. J., & Mogollón Canal, O. M. (2018). El trabajador universitario y su salud mental desde el modelo de creencias. *Revista Ciencia y Cuidado*, 15 (2), 127-139. [doi:10.22463/17949831.1407](https://doi.org/10.22463/17949831.1407)

Porto, M. F. de S., & Martins, B. S. (2019). Repensando alternativas em saúde do trabalhador em uma perspectiva emancipatória. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 44, e16. [doi: 10.1590/2317-6369000019018](https://doi.org/10.1590/2317-6369000019018)

- Qiu, J., Shen, B., Zhao, M., Wang, Z., Xie, B., & Xu, Y. (2020). A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommendations. *Gen Psychiatr*, 33 (2), e100213. [doi: 10.1136/gpsych-2020-100213](https://doi.org/10.1136/gpsych-2020-100213)
- Ramos, L. de F. de C. & Macêdo, K. B. (2018). Reflexões sobre o adoecimento dos servidores técnico-administrativos em educação. *Argumentum*, 10 (3), 107–122. Recuperado em <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/16911>
- Santos, K. O. B., Fernandes, R. de C. P., Almeida, M. M. C. de., Miranda, S. S., Mise, Y. F., & Lima, M. A. G. de. (2020). Trabalho, saúde e vulnerabilidade na pandemia de COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, 36 (12), e00178320. [doi: 10.1590/0102-311X00178320](https://doi.org/10.1590/0102-311X00178320)
- Seligmann-Silva, E. (2011). Precarização da saúde mental na precarização social e do trabalho. Em E. Seligmann-Silva, *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo* (Cap. 2, pp.458-491). São Paulo: Cortez.
- Silva, R. C. da., & Ferreira, M. de A. (2012). Construindo o roteiro de entrevista na pesquisa em representações sociais: como, por que, para que. *Revisão*, 16 (3), 607-612. [doi: 10.1590/S1414-81452012000300026](https://doi.org/10.1590/S1414-81452012000300026)
- Tessarini Junior, G., Saltorato, P., Sigahi, T. F. A. C., Fontes, A. R. M., & Vieira, M. H. P. (2020). Avaliação do contexto de trabalho em uma instituição federal de ensino: estudo com servidores da área de gestão de pessoas. *Revista Gestão & Conexões*, 9 (1), 128-150. [doi: 10.13071/regec.2317-5087.2020.9.1.27471.128-150](https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2020.9.1.27471.128-150)
- Tessarini Junior, G., & Saltorato, P. (2021). Organização do trabalho dos servidores técnico-administrativos em uma instituição federal de ensino: uma abordagem sobre carreira, tarefas e relações interpessoais. *Cadernos EBAPE.BR*, 19, 811-823. [doi: 10.1590/1679-395120200236](https://doi.org/10.1590/1679-395120200236)
- World Health Organization (2021). *Putting people first in managing their health: new WHO guideline on self-care interventions*. Recuperado em <https://www.who.int/news/item/23-06-2021-putting-people-first-in-managing-their-health-new-who-guideline-on-self-care-interventions#>

Recebido em 13 de abril de 2023

Aprovado em 08 de agosto de 2023
